

## O ABSOLUTISMO MORAL E A MORAL EM HUME

*José Ricardo Barbosa Dias\**

### RESUMO

Trata-se de uma possível fragilização dos fundamentos do Absolutismo Moral a partir da Concepção da Moral em David Hume.

Palavras-chave: Absolutismo. Relativismo. Empirismo. Moral.

### ABSTRACT

One is about a possible embrittlement of the beddings of the Moral Absolutism from the Conception of the Moral in David Hume.

Keywords: Absolutism. Relativismo. Empirismo. Moral.

## 1 INTRODUÇÃO

Em que ponto fundamental a Concepção Moral de Hume fragiliza o Absolutismo Moral? Em que medida tal concepção faz do Absolutismo uma posição insustentável? São essas as questões que irão nortear todo desenrolar do tema proposto: O Absolutismo Moral e o Ceticismo Moral de Hume. Todo ele será uma tentativa de “medir” a influência que tem o resultado da pesquisa de Hume sobre a moral naquilo em que se fundamenta o Absolutismo Moral.

A reflexão filosófica de David Hume, sabe-se, é de inquestionável importância. Com ele o empirismo, longe de ser uma posição autodestrutiva, tornou-se sustentável e digna de ser levada em conta em qualquer pesquisa, seja no campo da fundamentação da ciência, seja no campo da fundamentação da moral. Por esse motivo é que a sua escolha como pólo problematizador do valor das pretensões absolutistas no campo da moral se faz de elevada relevância e necessidade.

---

\* Mestre em Filosofia da História pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB- Professor da Universidade Federal do Piauí-UFPI.

Para bem desenvolver essa problemática, nos limites de meu texto, creio que três tópicos são o bastante. Um primeiro: **O Absolutismo Moral**, na qual procuro descrever a concepção absolutista a partir de sua tensão com o Relativismo Moral. Um segundo: **A Moral em Hume**, no qual procuro mostrar, entre outras coisas, que a concepção moral em Hume é conseqüência de seu empirismo epistemológico, ou seja, que, assim como as ciências não têm um fundamento racional, a moral também não o tem, prevalecendo uma “ruptura” entre *mundo da experiência empírica e o mundo da moral*. Um terceiro e último tópico: **O Absolutismo Moral e o posicionamento de Hume**, no qual fazendo uso do resultado dos dois primeiros tópicos, procuro responder às questões norteadoras da temática em exposição.

## 2 O ABSOLUTISMO MORAL

O termo absolutismo presta-se a uso em diferentes áreas do conhecimento, notadamente enquanto conceito político e ético. Enquanto concepção ética, pode-se de imediato intuir que a moral no modelo absolutista é algo independente. Mais precisamente, é algo objetivo, porquanto não depende de um sistema moral e menos ainda de uma escolha subjetiva do homem. Portanto, existente como *fato moral* no mundo e válido *universalmente*. As avaliações a ele concernentes são, desse modo, verdadeiras ou falsas.

A comparação com o Relativismo Moral, ou seja, com a idéia de uma moral não absoluta, pode bem ajudar a entender e alargar o que acima foi dito. Tanto Relativismo quanto Absolutismo são uma resposta ou tentativa de solução a um pertinente problema no qual vive a humanidade: *discordamos sobre nossas avaliações morais*<sup>1</sup>, de tal modo a chegarmos a aporias do tipo: “*A eutanásia é moral e é imoral*”. É a tentativa de solução desse tipo de aporia que está na raiz da concepção relativista e absolutista da moral.

---

<sup>1</sup> Prescrição gera e/ou fundamenta avaliações morais. Iremos privilegiar o aspecto *avaliativo* das sentenças morais por ser o que nos interessa em nossa exposição.

Segundo o Relativismo não há somente um sistema moral, mas *Sistemas Morais*, todos com moralidade válida. Validade estabelecida por uma determinada comunidade, que torna verdadeira ou falsa suas respectivas avaliações morais. Desse modo: 1- não é possível fazer avaliações morais sem relativizar a um sistema moral. O que equivale dizer: a propriedade “*ser bom*” é incompleta e avaliações morais não são anteriores ao sistema moral; 2- a posição relativista é definida pela proposição “*x é bom segundo SM*”; por fim, 3- não há razão objetiva para escolher um ou outro sistema moral. Contrariando o Relativismo a posição Absolutista nega a existência de sistemas morais e, mais ainda, que sejam todos válidos. Caso se possa falar em sistemas morais, apenas um é válido. Desse modo: 1- avaliações morais são incompatíveis. Pelo menos uma, e somente uma, é verdadeira, o que equivale a dizer: a propriedade “*ser bom*” é completa; 2- a posição absolutista é definida pela proposição “*x é bom*”; por fim, 3- sustenta o primado da objetividade moral.

Não é difícil concluir, do exposto acima, que o Relativismo supera a aporia antes referida aceitando as duas proposições como válidas, dando a ela a forma seguinte: a eutanásia é moral segundo o  $SM_1$  e imoral segundo o  $SM_2$ . O Absolutismo, por sua vez, a supera considerando uma das proposições como falsa. A aporia passa à forma de uma disjunção exclusiva: *é verdade ou é falso* que a eutanásia é moral. Se for falso, então a proposição “a eutanásia é imoral” é verdadeira.

Em resumo, o absolutista é aquele que crer num sistema moral ou que se possa chegar num sistema moral absoluto, ou seja, único e presente universalmente no mundo, no qual se tem, portanto, razões objetivas para aceitá-lo e recusar um outro que não seja ele. Em geral os sistemas morais religiosos mais fechados, sobretudo, à questão da diversidade histórico-culturais do humano, têm essa perspectiva. Há, todavia — guardadas as devidas diferenças — exemplos na filosofia dessa posição, tal como a posição de Judith Thoson. Ela enfrenta, no afã de dar ao Absolutismo uma sustentação objetiva, várias posições contrárias. Em relação a uma dessas posições, ou seja, o empirismo de Hume, é que incide o nosso texto.

Por essa razão, no próximo tópico, faremos uma breve apresentação do seu principal argumento contra o Absolutismo. O Absolutismo Moral, entre outros problemas, enfrenta o de não saber exatamente onde *lançar seu olhar* para decidir se uma avaliação moral é verdadeira ou falsa. O empirismo de Hume mostrará, como veremos a seguir, que não adianta *olhar* nem para o *mundo objetivo* nem para a *razão*.

### 3 A MORAL EM HUME

G. Deleuze<sup>2</sup> define como sendo uma das originalidades de David Hume a força como ele afirma que as relações são exteriores aos termos. Essa afirmação parece definir precisamente a crítica que conduzirá Hume a seu sustentável ceticismo moral. Ela quer dizer que o efeito, relação ou conexão necessária de **A** sobre **B** é exterior tanto a **A** quanto a **B**. Assim, se analisarmos **A** não encontraremos, de modo algum, a relação **A** → **B** e vice-versa. Isso implica que só conhecemos **A** e **B** e não a *relação* entre ambos. Ele dá ênfase, assim, à idéia de relação, perguntando-se sobre sua condição de possibilidade, seja ela na esfera física ou da moral. Julguemos primeiro a esfera do mundo físico.

Segundo Hume: *O espírito só tem presente a si mesmo as percepções*<sup>3</sup>. Ora, as relações não nos são dadas na experiência. Delas não temos percepção. Nenhuma impressão. Logo, não as podemos conhecer. Com efeito, a *causalidade* — que é um tipo de relação basilar no edifício chamado conhecimento — carece de um fundamento na experiência, por essa razão não podemos conhecê-la e sua idéia deve ser gerada no espírito por um outro princípio. Tal não é a razão, porque esta só pode atuar sobre o que nos é dado na experiência sensível.

---

<sup>2</sup> DELEUZE, G. Hume. In: **História da Filosofia**: idéias, doutrinas sob a direção de François châtelet. O Iluminismo - Século xviii . 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1974, p. 60. 4v.

Vejamus um exemplo clássico disso: *O calor dilata o metal*. Tem-se a experiência empírica do calor e do metal. Calor e Metal são fatos. Todavia, a experiência empírica da relação de causalidade (dilatação) entre calor e o metal não se tem. Logo ela não é um fato e sobre ela a razão não pode atuar. Outra é a sua origem.

Após refletir sobre a questão Hume chega à seguinte conclusão:

Se examinarmos as operações do corpo e a produção dos efeitos a partir das suas causas, descobriremos que todas as nossas faculdades jamais nos podem levar, no conhecimento desta relação, além da simples observação de que objetos particulares estão constantemente conjuntos e que a mente é transportada, por uma transição habitual, do aparecimento de uma para a crença do outro.<sup>4</sup>

O *hábito* é, portanto, o princípio que nos permite sair de **A** para **B**. Os dados da experiência se mesclam na imaginação através do hábito. O fundamento do conhecimento não pode ser outro senão a crença. Tudo para além disso é verbalismo. O *empirismo* é, sem dúvida, o que leva Hume a fundamentar o conhecimento no *hábito*.

E a moral, onde está fundada? Já que, o que vale para o conhecimento do mundo físico vale para a moral, ou seja, a impossibilidade de se fundar na razão.

Vejamus, agora, um exemplo na esfera da moral: Matar é *mal*. Tem-se a experiência empírica do matar. Matar é um fato. Contudo, não se tem a do mal. O mal não é um fato. Sua origem é outra que a razão. É, de acordo com Hume, o *sentimento*. O importante, então, é notar que se dá aí uma ruptura entre o *mundo da experiência* ou da *percepção* sensível e o mundo das relações, sejam elas físicas ou morais.

---

<sup>3</sup> HUME, D. **Investigação sobre o entendimento humano**. Rio de Janeiro: Edição 70, 1989. p. 81.

<sup>4</sup> Ibid. p. 90.

Plínio Junqueira Smith<sup>5</sup>, em seu livro *O Ceticismo de Hume*, aborda tal ceticismo em oposição ao racionalismo. Ele afirma que não podemos entendê-lo sem vê-lo como incluso num projeto de fundar uma ciência empírica do homem e a conseqüente recusa do racionalismo. Recusa que significa renúncia ao primado da teoria sobre a prática. Não é mais a busca ou contemplação da verdade o guia da filosofia, uma vez que, conhecer a *Verdade* perdeu o sentido. O filósofo viverá cotidianamente de acordo com seus instintos, costumes e tradição. A vida deve assumir o centro de sua preocupação.

Isso explica porque Hume tanto se dedicará às questões morais em detrimento às epistemológicas. Em resumo, as conclusões de Hume, acerca da justificabilidade racional da possibilidade do conhecimento humano, não o levam a um ceticismo excessivo, mas são uma porta que se abre para a vida moral. É preciso voltar-se para o homem em seu agir cotidiano.

Em seu texto *O cético*, Hume nos apresenta com mais detalhes sua concepção moral ou preocupação moral com a vida do agir do homem. Ele nos alerta que a reflexão sobre a vida humana e sua busca de felicidade é a mais passível de levar a enganos, pois, em geral, somos vítimas de uma enfermidade: *achamos que nossos empreendimentos são os mais valiosos e nosso caminho aquele que conduz à felicidade*<sup>6</sup>. Nesse tipo de postura não há espaço para entender que o que me parece indiferente pode se constituir em fonte de prazer para outras pessoas. Uma mais cuidadosa reflexão sobre isso poderá levar à superação de enganos e ao aumento das máximas regentes da vida, já que, não obstante existir uma *uniformidade no gênero humano*<sup>7</sup>, o que, de fato, temos é:

<sup>5</sup> SMITH, Plínio Junqueira. **O Ceticismo de Hume**. São Paulo: Loyola, 1995, p. 267ss.

<sup>6</sup> HUME, D. O Cético. In. **Ensaio morais, políticos e literário**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultura. p. 159.

<sup>7</sup> HUME, D. **Investigação sobre o entendimento humano**. op. cit., Seção VIII: Da Liberdade e Necessidade.

1- uma variedade de tendências e orientações na existência humana. Cada um parece satisfeito com a direção tomada;

2- o que agrada num momento pode desagradar depois;

3- diferenças de inclinação em pessoas diferentes;

4- experiência de cada um conserva nossas preferências agradáveis.

Frente a essa realidade a pergunta inevitável é: o critério de escolha das pessoas acerca do que é bom ou mal é aleatório? Não há diferença entre a conduta de um homem e a de um outro? Hume levanta essas questões, ele mesmo responde: há diferenças, pois embora cada um aja segundo suas inclinações, pode usar meios mais seguros que outros para atingir o sucesso. Na orientação de escolhas existe, de um lado, *as máximas da vida comum* e, de outro, a *filosofia*, que pode ajudar na escolha de qual sentimento devemos ceder. Há, porém, um único princípio na filosofia que podemos confiar: *nada é, em si mesmo, valioso ou desprezível, desejável ou odioso, belo ou disforme, pois esses atributos derivam da estrutura e constituição peculiar das afeições e sentimentos humanos*<sup>8</sup>.

Nesse contexto, Hume cita o exemplo de um homem apaixonado que narra a seu amigo as belezas de sua amada. Todavia o outro nada pode inferir senão que seu amigo está apaixonado e que dirigiu seu apetite sexual a uma determinada criatura que lhe dá prazer, sendo que esta pode, como ocorre com os animais, ser objeto de indiferença a outrem. É apenas a paixão, derivada da formação e estrutura originais da natureza humana que atribui valor aos mais insignificantes objetos.<sup>9</sup>

É um espírito particular que censura e aprova. Aqui temos um ponto que merece muita atenção. Hume parece se encontrar teoricamente dividido numa tensão entre

---

<sup>8</sup> HUME, D.O Cético. In: **Ensaio morais, políticos e literários**. op. cit., p. 160.

<sup>9</sup> *Ibid.*

*uniformidade e diversidade* no gênero humano. Temos a impressão de que ele adere mais à uniformidade, já que:

1- apesar das diferenças e da moral se fundar no sentimento, a vida do homem não é algo sem rumo, mas visa o sucesso.

2- o sucesso da ação aparece como seu critério de escolha e, por conseguinte, de avaliação moral.

Para bem solidificar essa postura de Hume frente a moral, vamos evocar o Livro III de seu *Traté de la Nature Humaine*. Nele seu autor vai mostrar claramente que as distinções morais (bem e mal, isto é, virtude e vício), realizados num espírito particular, não derivam da razão (seção I), mas do sentimento moral (seção II). Para tanto ele inicia o desenvolvimento dessas idéias retomando a base de seu pensamento, qual seja: não há nada de presente no espírito senão suas percepções. Isso implica dizer: o espírito não pode jamais se exercer sobre atos que não conhecemos seus termos de percepção. Essa tese não vale menos para atos de julgamento, nos quais distinguimos bem e mal, que para qualquer outro ato. É assim que, aprovar um caráter, condenar um outro é, tão somente, uso de percepções diferentes.

Ao voltar-se para a experiência comum, Hume constata que a moral tem uma influência sobre as ações humanas. Isso prova que ela não pode derivar da razão, uma vez que esta última não tem influência sobre as ações. *La morale éveille les passions, elle produit ou empêche l'action. La raison est, par elle - même, complètement impuissante sur ce point. Done les règles morales ne sont pas des conclusions de notre raison*<sup>10</sup>.

O argumento em favor dessa tese é o seguinte:

1- A razão serve para descobrir a verdade e a falsidade;  
2- verdade e falsidade consistem no acordo e desacordo seja com as relações reais das idéias, seja com a existência real e os fatos reais. Tudo que não é suscetível deste acordo e

---

<sup>10</sup> HUME, D. **Traté de la Nature Humaine**: essai pour introduire la Méthode Experimentaledans les sujets Moraux. Trad. André Leroy. Paris: editions Montaigne, Tomo II, 1956, p. 572.

desacordo não pode ser verdadeiro nem falso e nem jamais ser objeto da razão.

3- Ora, nossas paixões, vontades e ações não são suscetíveis de um tal acordo e desacordo, pois elas são fatos e realidades originais, completas em si mesmas, que implicam em nenhuma referência a outras paixões, vontades e ações; logo, é impossível de as declarar verdadeiras ou falsas, contrárias ou conforme a razão.

Esse argumento, segundo Hume, prova duas coisas:

1- *diretamente* que as ações não tiram seu *mérito* de uma conformidade, nem seu *demérito* de oposição à razão;

2- *indiretamente* esta mesma verdade, nos mostrando que, como a razão não pode jamais prever nem produzir imediatamente uma ação contradizendo-a ou aprovando-a, ela não pode ser a origem do bem e do mal moral. A conclusão é que ações podem ser louváveis ou condenáveis, mas nunca razoáveis ou não. Isso equivale a dizer avaliações morais não podem ser verdadeiras ou falsas, pois não se originam da razão.

O autor dessas idéias não tem outra alternativa senão que buscar um outro princípio explicativo da ação moral humana (Aristóteles parece já fazer isso quando distingue o saber que orienta a *tekne* do saber que orienta a ética em sua *Ética a Nicômaco*<sup>11</sup>). Tal princípio é o sentimento. A impressão que nasce da virtude é agradável, a que nasce do vício é desagradável. Portanto, se damos uma explicação plausível ao prazer e à dor, explicamos a virtude e o vício. *La vertu se destingue au plaisir, et le vice à la douleur, que produit en nous la simples vue et contemplation d'une action, d'un sentiment ou d'un caractère.*<sup>12</sup>

O desdobramento dessa idéia conclusiva de Hume nós veremos no tópico seguinte. Pensamos que até antes dela Hume não havia afetado diretamente e com tanta força a sustentabilidade do Absolutismo Moral.

---

<sup>11</sup> Cf. Hans-Georg Gadamer em seu livro *Verdade e Método*, pp.465-482.

<sup>12</sup> HUME, D. *Traté de la Naturé Humaine. op. cit., p. 592.*

#### 4 O ABSOLUTISMO E O POSICIONAMENTO DE HUME

Ao iniciarmos, apontamos duas questões a serem perseguidas<sup>13</sup>. É chegado o momento de tentar respondê-las. Ora, a questão de fundo do Absolutismo, no tocante à sua sustentação, está na relação *entre sentenças descritivas e sentenças prescritivas*. Mais precisamente, na possibilidade de se inferir prescrições de descrições. É possível dar às avaliações morais o mesmo caráter das sentenças descritivas? As sentenças descritivas, sabe-se, podem ser verdadeiras ou falsas, além do que, o critério para se decidir se são uma ou outra é a observação dos fatos no mundo. Assim se dizemos *o céu é azul* e se queremos decidir sua verdade ou falsidade, basta olhar para o céu num dia ensolarado para constatá-la. De fato, o Absolutismo Moral se sustenta, basicamente, afirmando a possibilidade de avaliações morais serem verdadeiras ou falsas e que, por conseguinte, a *ruptura* entre moral e mundo natural pode ser superada.

Pois bem, agora é possível ver que no pensamento de Hume uma tal pretensão não se sustenta, pois equivale a avaliações morais terem sua origem na razão. O que já vimos ser impossível. É isso que nos possibilita dizer: O empirismo Moral de Hume fragiliza o Absolutismo Moral exatamente no ponto em que ele se sustenta. Isso porque o referido pensamento não só mostra, por argumentos plausíveis, que há uma *ruptura* no universo do discurso, mas que é impossível superá-la.

Hume, por essa razão, não teve outra saída senão a de deslocar a moral para o âmbito da subjetividade. O que isso quer dizer? Lembremos a quem chegou Hume ao tratar do bem e do mal: eles se distinguem, respectivamente, *no prazer* e na dor produzida em nós, pela simples visão e *contemplação* de uma ação. Fica, pois, evidente que verdade e falsidade não são critérios na distinção do *bem* e do *mal* no pensamento de Hume.

---

<sup>13</sup> Cf. Introdução.

Verdade e falsidade são substituídas por prazer e dor. Esse é o ponto fundamental perseguido em nossa exposição: *avaliações morais* não podem ser verdadeiras ou falsas — como pretende o Absolutismo — basicamente porque a moral não advém da razão, mas do sentimento da dor e do prazer. É isso que provoca a ação humana, bem como determina o que é virtuoso ou bom e vicioso ou mal. A razão é escrava no tocante às coisas da moral. Nesse sentido a objetividade pretendida pelo Absolutista perde sua sustentação. Ela quer o impossível: que avaliações morais sejam verdadeiras ou falsas, sendo elas percepções de um espírito particular. O princípio, portanto, em Hume, não é o da objetividade moral, mas sim, o da subjetividade. Isso o leva a dizer:

Toda diferença entre um homem e outro com respeito à vida consiste na paixão ou na fruição - e estas diferenças são suficientes para produzir os mais distantes extremos de felicidade e de miséria. <sup>14</sup>

Na obra *Traité de la Nature Humaine*, já referida, Hume acrescenta que se pode perguntar pela razão deste *prazer* e desta *dor* que distinguem o bem e o mal; saber de qual princípio elas derivam e onde nascem no espírito humano. Ele, assim, responde:

1- Pensar que em cada caso particular estes sentimentos são produzidos por uma qualidade original e uma constituição primitiva é, primeiro, absurdo, pois infinitos são os nossos deveres — impossível, portanto, que nossos instintos se estendam a cada um deles e que, em nossa primeira infância, imprimam, no espírito humano, toda multiplicidade de preceitos contidos no sistema moral — e segundo, não conforme a máxima que guia, habitualmente, a natureza humana: limitar o número dos impulsos primitivos e achar os princípios mais gerais sobre os quais se sustentam todas as nossas ações morais;

---

<sup>14</sup>HUME, D. O cético. In: *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. op. cit., p. 162.

2- E estes princípios: são naturais ou não? A resposta depende do significado que se toma à palavra natural. Vejamos, então, estes significados e se nos mesmos bem e mal são ou não naturais:

- a- como contrário de milagre;
- b- como contrário de raro e inabitual; e
- c- como contrário de artificial.

Hume condena o sistema moral que associa bem ao natural e mal ao não-natural, visto que em relação ao sentido (a), tanto um como outro são naturais, isto é, não são milagres. Em relação ao (b), o que se pode dizer é que os sentimentos podem ser chamados, com certeza, naturais nesse sentido, já que não se tem notícia de uma nação no mundo ou um só homem que tenha sido desprovido de tais sentimentos. Estes são totalmente enraizados no espírito humano; por fim, quanto ao (c), bem e mal são artificiais e fora da natureza, uma vez que, as ações, elas mesmas, são executadas com um propósito humano.

Tanto para o Absolutismo Moral quanto para a Moral em Hume o homem não é um ser amoral. Todavia, vê-se, mais ainda, por essa exposição acima que, enquanto Hume — ao falar da moral como algo natural — caminha no sentido de enraizá-la no espírito humano, fortalecendo o princípio da subjetividade, o Absolutismo — ao falar da moral sob o mesmo termo — caminha no sentido contrário, ou seja, retira-lhe de um particular espírito humano e a objetiva, a faz universal.

## **5 CONCLUSÃO**

É certo, por fim, que nosso texto se conduziu no sentido de mostrar que o empirismo humeniano e suas conseqüências para a moral, fragilizam, em muito, o Absolutismo Moral, já que lhe tira sua base de sustentação. Por conseguinte, uma das questões que se coloca, nesse contexto, para o Absolutismo Moral, é a de como ele superar o empirismo de Hume. Como mostrar que ele está errado em sua conclusão em relação à moral.

Aqui não vamos nos ater a essa questão. Apresentaremos apenas, a título de exemplo conclusivo, uma resposta dada pelo conhecido filósofo Adolfo Sánchez Várquez em seu livro *Ética*. Nele é apresentado, em favor, não exatamente do Absolutismo Moral, uma possível fuga do empirismo, mas, pode-se dizer, em favor de algo que pode ser utilizado pelo argumentador absolutista.

Várquez concorda com Hume que a *tentativa de deduzir uma conclusão que inclua algo não contido na premissa (um “dever ser” de um “é”)*<sup>15</sup> é certamente ilegítima do ponto de vista lógico. O autor referido, porém, observa que isso não deve levar a se pensar que entre o *mundo normativo e o mundo do ser* não haja relação alguma, ou que haja um abismo intransponível. Isso porque é possível compreender a norma não como um *registro de fato, mas como aquilo que indica como deve ser o comportamento dos indivíduos*.

Ora, o que é prescrito pela norma pode não se dá na realidade, mas isso não elimina a verdade da norma. Em outras palavras, a norma não se funda no comportamento dos indivíduos, mas sim, o contrário. Assim, se todos cumprissem uma determinada norma isso não legitimaria tal norma, uma vez que, como mostrou Hume, ela não se deduz do não-ético, isto é, dos juízos factuais sobre comportamento das pessoas.

Por outro lado, o pensador latino defende a idéia de que isso não significa que os juízos morais estão soltos no ar e que não dependam dos fatos reais. A norma caminha, de um lado, *independente* dos fatos — não é o modo efetivo como os homens vivem que a determina — e, de outro lado, *dependente* dos fatos, ou seja, a norma caminha em correspondência a uma necessidade concreta. *Em suma, a ‘guilhotina de Hume’ não impede que se recorra aos juízos factuais para nele encontrar razões a favor de um juízo normativo*<sup>16</sup>.

Tais razões, porém, não são absolutas — aqui ele se distancia do Absolutismo Moral e se aproxima do Relativismo

---

<sup>15</sup> VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. 6 ed. Trad. de João Dell’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 220.

<sup>16</sup> Ibid., p. 222.

Moral — mas podem mudar com o tempo, mudando, assim também, as normas. Elas podem ser anuladas ou enfraquecidas em sua validade. O autor em questão julga, desse modo, ter formulado a verdadeira relação entre fato e norma.

Contrariando, mas não contradizendo a nossa direção no corpo do texto, juntamos, ao que nos disse Várquez, um outro caminho que vemos no próprio pensar de Hume.

A Moral em Hume, como vimos, mais particularmente as *avaliações morais*, já que fundamentadas no sentimento, não são da ordem do verdadeiro e do falso, enquanto forma de concordância e discordância respectivamente. Isso, porém, não implica dizer que se deva viver de qualquer modo, isto é, aleatoriamente e sem rumo, uma vez que uns homens são, sem dúvida, mais bem sucedidos que outros. Com efeito, Hume, além do sentimento de prazer e de dor, aponta o sucesso como critério do viver e do agir humano. Ora, essa busca comum dos seres humanos pelo sucesso é uma demonstração que, apesar das diferenças de inclinações, há uma *uniformidade* no gênero humano.

Daí pensarmos que, pelo menos essas duas idéias no ver moral de Hume: a idéia da *uniformidade* e do *sucesso*, aproximam-se e podem ajudar a argumentação moral absolutista, sobretudo, a da pensadora Judith Thonson, que, no seu livro *Moral Relativism and Objectivism*, tenta fundamentar avaliações morais nas *querências* humanas.

É possível que tais querências se harmonizem com a idéia de uma uniformidade no gênero humano e com um critério de ação comum, tal como o sucesso, não necessariamente o que nos fala Hume, mas um que tenha o mesmo caráter de universalidade?

A resposta a essa questão implica numa aproximação Judith Thonson e David Hume, que, precisa, sem dúvida, de aprofundamento e detalhamento de sua real possibilidade. Isso, porém, é algo a ser feito num possível desdobramento desse nosso texto.

## REFERÊNCIAS

CHÂTELET, François (Coord.). **História da Filosofia: o Iluminismo - Século XVIII**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1974. 4v.

HUME, D. **Investigação sobre o entendimento humano**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

\_\_\_\_\_. **Traté de La Nature Humaine**: essai pour introduire la méthode expérimentale dans les sujets moraux. Tradução de André Leroy. Paris: Editions Montaigne, Tomo II.

\_\_\_\_\_. O Cético. In: **Ensaio morais, políticos e literários**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1992. (Os Pensadores).

SMITH, Plínio Junqueira. O Ceticismo de Hume. São Paulo: Loyola, 1995.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.